

# Inclusão e Educação

Danielle H. A. Machado  
Janaína Cazini  
(Organizadoras)



**Atena**  
Editora

Ano 2019

**Danielle H. A. Machado**  
**Janaína Cazini**  
(Organizadoras)

# **Inclusão e Educação**

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

I37 Inclusão e educação [recurso eletrônico] / Organizadoras Danielle H. A. Machado, Janaína Cazini. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Inclusão e Educação; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-029-2

DOI 10.22533/at.ed.292191501

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.  
3. Educação inclusiva. 4. Tecnologia – Educação. I. Machado,  
Danielle H. A. II. Cazini, Janaína. III. Série.

CDD 379.81

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A obra “Educação e Inclusão: Desafios e oportunidades em todos as séries educacionais” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seus 25 capítulos do volume I, apresenta os novos conhecimentos científicos e tecnológicos para a área da saúde especial das modalidades da saúde intelectual e mental, num viés da genética e a visão da psicopedagogia sobre a educação especial, a transição das Políticas Públicas para a educação especial e as transformações sob análises a partir da realidade local.

A Educação por Inclusão engloba, atualmente, alguns dos campos mais promissores em termos de pesquisas tecnológicas nas áreas do Ensino, Novas Tecnologias Específicas, Psicopedagogia, Psicanálise, Educação, Políticas Públicas Brasileiras das Institucionais e Regionais que visam o aumento benéfico e produtivo na qualidade do ensino e desenvolvimento do aluno especial. Além disso, a crescente demanda por conceitos e saberes que possibilitam um estudo de melhoria no processo de participação e aprendizagem à educação inclusiva aliada a necessidade de recursos específicos.

A junção de pesquisas e a modernização da tecnologia compõem um contexto de educação inclusiva nas diversas modalidades da inclusão.

Colaborando com essa transformação educacional, este volume I é dedicado ao público de cidadãos Brasileiros que possuem deficiência e dificuldade psicológica de aprendizagem na perspectiva das Institucionais Regionais do Brasil, mais precisamente, as participações das Políticas Públicas Brasileiras Educacionais. Trazendo artigos que abordam experiências do ensino e aprendizagem no âmbito escolar, desde as séries iniciais até prática de ensino em psicologia com idosos. Assim, aos componentes da esfera educacional que obtiveram sucessos apesar dos desafios encontrados; a mediação pedagógica como força motriz de transformação educacional e a utilização de tecnologias assistivas para auxiliar o aprendizado do discente especial.

Ademais, esperamos que este livro possa fortalecer o movimento de inclusão social, colaborando e instigando professores, pedagogos e pesquisadores às práticas educacionais, às contribuições da genética e da psicanálise a quem ensina, aos alunos especiais na transição da escola regular sob um olhar da psicopedagogia e aos educadores que corroboram com a formação integral do cidadão.

Danielle H. A. Machado  
Janaína Cazini

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
EDUCAÇÃO ESPECIAL NO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA META 4	
<i>Maria do Carmo de Sousa Severo</i>	
<i>Érica Nazaré Arrais Pinto Pereira</i>	
<i>Joiran Medeiros da Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2921915011</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>10</b>
EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE ADULTOS: CONTRIBUIÇÕES DA NEUROCIÊNCIA E DA ANDRAGOGIA	
<i>Mônica Campos Santos Mendes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2921915012</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>16</b>
EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: EXPANSÃO E CONTRADIÇÕES (2003 – 2014)	
<i>Cleiton Leite Barbosa</i>	
<i>Afrânio Vieira Ferreira</i>	
<i>Sandy Andreza de Araujo Lavor</i>	
<i>Jeanne D'arc de Oliveira Passos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2921915013</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>26</b>
“PRECISAMOS SER COMO CAMALEÕES?”: EXPERIÊNCIA DE UMA PRÁTICA DE ENSINO EM PSICOLOGIA COM IDOSOS	
<i>Edivan Gonçalves da Silva Júnior</i>	
<i>Maria do Carmo Eulálio</i>	
<i>Almira Lins de Medeiros</i>	
<i>Elizabeth de Lourdes Bronzeado Krkoska</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2921915014</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>42</b>
A APRENDIZAGEM EM QUESTÃO: CONTRIBUIÇÕES DA EPISTEMOLOGIA GENÉTICA E DA PSICANÁLISE A QUEM ENSINA	
<i>Juliana dos Santos Rocha</i>	
<i>Virgínia Dornelles Baum</i>	
<i>Marlene Rozek</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2921915015</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>57</b>
A PERSPECTIVA INCLUSIVA PARA O FORTALECIMENTO DA RESSOCIALIZAÇÃO DE ASSISTIDOS DA CENTRAL DE ALTERNATIVAS PENAIAS DO CEARÁ – RELATO DE EXPERIÊNCIA	
<i>Dafna Maria da Silva Ricardo</i>	
<i>Débora Rocha Carvalho</i>	
<i>Aline Maria Barbosa Domício Sousa</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2921915016</b>	

**CAPÍTULO 7 ..... 66**

APRENDIZAGEM E ESCOLARIZAÇÃO EM FOCO: UMA VISÃO PSICOPEDAGÓGICA

*Virginia Dornelles Baum*  
*Juliana dos Santos Rocha*  
*Marlene Rozek*

**DOI 10.22533/at.ed.2921915017**

**CAPÍTULO 8 ..... 81**

AS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS, VOLTADAS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A TRANSIÇÃO ESCOLA-TRABALHO

*Ana Cristina de Carvalho*  
*Edicléa Mascarenhas Fernandes*

**DOI 10.22533/at.ed.2921915018**

**CAPÍTULO 9 ..... 86**

A INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ACESSIBILIDADE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

*Iris Mara Guardatti Souza*  
*Regina Cohen*  
*Patrícia Lameirão Campos Carreira*  
*Angélica Fonseca da Silva Dias*  
*Rita de Cássia Oliveira Gomes*  
*Izabel Maria Madeira de Loureiro Maior*  
*Mônica Pereira dos Santos*  
*Jean-Christophe Houzel*

**DOI 10.22533/at.ed.2921915019**

**CAPÍTULO 10 ..... 97**

DESAFIOS FORMATIVOS VIVENCIADOS E SUPERADOS PELOS PROFESSORES DO MUNICÍPIO DE AGRESTINA - PE PARA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

*Cicera Mirelle Florêncio da Silva*  
*Maria Aline de Macedo Silva Mendes*

**DOI 10.22533/at.ed.29219150110**

**CAPÍTULO 11 ..... 107**

ESTUDO SOBRE AS CONDIÇÕES DE INCLUSÃO EM UMA ESCOLA ESTADUAL NA CIDADE DE CALDAS NOVAS NOS ÚLTIMOS 13 ANOS

*Jullyana Pimenta Borges Gonçalves*  
*Rosângela Lopes Borges*  
*Marcos Fernandes Sobrinho*  
*Cinthia Maria Felício*

**DOI 10.22533/at.ed.29219150111**

**CAPÍTULO 12 ..... 120**

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NA CIDADE DE CRATO-CE: O USO EM CONTEXTO RELIGIOSO

*Luiza Valdevino Lima*  
*Francisco Edmar Cialdine Arruda*  
*Martha Milene Fontenelle Carvalho*  
*Ana Patricia Silveira*  
*Daniela Valdevino Lima*

**DOI 10.22533/at.ed.29219150112**

**CAPÍTULO 13..... 131**

O PAPEL DA OLIMPÍADA BRASILEIRA DE MATEMÁTICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS (OBMEP) COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL

*Joselito Elias de Araújo*  
*José Vinícius do Nascimento Silva*  
*Pedro Eduardo Duarte Pereira*  
*Flávia Aparecida Bezerra da Silva*

**DOI 10.22533/at.ed.29219150113**

**CAPÍTULO 14..... 141**

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E MUDANÇAS NO CONTEXTO ESCOLAR: A QUESTÃO DA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA EM UMA ESCOLA PERNAMBUCANA

*Lúcia de Fátima Farias da Silva*

**DOI 10.22533/at.ed.29219150114**

**CAPÍTULO 15..... 150**

UM OLHAR SOBRE A INCLUSÃO NAS PESQUISAS ACADÊMICAS EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS DA BAHIA

*Julimar Santiago Rocha*  
*Maria da Conceição Alves Ferreira*

**DOI 10.22533/at.ed.29219150115**

**CAPÍTULO 16..... 163**

FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR - RELATO DE EXPERIÊNCIA

*Débora Rocha Carvalho*  
*Deldy Moura Pimentel*  
*Terezinha Teixeira Joca*  
*Marilene Calderaro Munguba*

**DOI 10.22533/at.ed.29219150116**

**CAPÍTULO 17 ..... 172**

NAS TESSITURAS DA LEI 10.639/03: DIÁLOGOS ENTRE O ENSINO DE HISTÓRIA E A DIVERSIDADE ETNICORRACIAL

*Aparecida Barbosa da Silva*

**DOI 10.22533/at.ed.29219150117**

**CAPÍTULO 18..... 181**

O DIREITO A EDUCAÇÃO: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA A PARTIR DO CONTEXTO DOS JOVENS PRIVADOS DE LIBERDADE

*Daniel de Souza Andrade*  
*Andréia Alves de Oliveira*  
*Edneide Nóbrega do Rêgo*  
*Elânia Daniele Silva Araújo*  
*Janaina Dantas dos Santos*  
*Lidyane Gomes Mendonça da Silva*  
*Maria José Elaine Costa Silva Pereira*  
*Marlene Eneas da Silva Falcão*  
*Sônia Maria de Lira*  
*Verônica Remígio da Silva e Lima*

**DOI 10.22533/at.ed.29219150118**

<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>191</b>
O USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA ROTINA DO PROGRAMA FACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA	
<i>Maikson Damasceno Machado</i>	
<i>Kátia Cristina Novaes Leite</i>	
<i>Eliata Silva</i>	
<i>Jane Adriana Vasconcelos Pacheco Rios</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.29219150119</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>202</b>
UMA REFLEXÃO SOBRE A POLITICA EDUCACIONAL INCLUSIVA NO BRASIL	
<i>Marília Piazzini Seno</i>	
<i>Simone Aparecida Capellini</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.29219150120</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>213</b>
AFETIVIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR INCLUSIVO	
<i>Scheilla Conceição Rocha</i>	
<i>Cândida Luisa Pinto Cruz</i>	
<i>Rita de Cácia Santos Souza</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.29219150121</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>224</b>
UMA HISTÓRIA DE (RE)SIGNIFICAÇÃO DE UM ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RUA	
<i>Meiryllianne Suzy Cruz de Azevedo</i>	
<i>Edivânia Paula Gomes de Freitas</i>	
<i>Leandra da Silva Santos</i>	
<i>Kelli Faustino do Nascimento</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.29219150122</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>234</b>
CIDADANIA E DIREITOS NO AMBIENTE ESCOLAR: FORMANDO CIDADÃOS, TRANSFORMANDO REALIDADES ATRAVÉS DO ESTUDO DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS	
<i>João Maria Cardoso e Andrade</i>	
<i>Joana Paula Costa Cardoso e Andrade</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.29219150123</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>244</b>
EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PRÁTICAS NO COTIDIANO DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS	
<i>Clemilda dos Santos Sousa</i>	
<i>Fernanda Nunes de Araújo</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.29219150124</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>255</b>
TRILHANDO OS CAMINHOS DA INCLUSÃO: A CRECHE COMO PRIMEIRO ESPAÇO	
<i>Sára Maria Pinheiro Peixoto</i>	
<i>Edileide Ribeiro Pimentel</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.29219150125</b>	
<b>SOBRE AS ORGANIZADORAS</b> .....	<b>269</b>

## NAS TESSITURAS DA LEI 10.639/03: DIÁLOGOS ENTRE O ENSINO DE HISTÓRIA E A DIVERSIDADE ETNICORRACIAL

**Aparecida Barbosa da Silva**

Graduada e Mestra em História pela Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba.

**RESUMO:** Neste artigo, buscamos analisar questões que se apresentam à prática docente que busca um ensino nas tessituras da Lei 10.639, conforme previsto desde 2003. Para tanto, consideramos o diálogo estabelecido entre a prática docente e a diversidade etnicorracial que precisa permear o Ensino de História e a prática dos seus educadores. Com a pretensão de atender aos objetivos já citados, utilizaremos ao longo deste estudo algumas bibliografias para legitimarmos a importância da realização da discussão que propomos. Além disso, também relataremos a execução de algumas experiências pedagógicas que visam ao combate à discriminação, à valorização dos sujeitos e à construção de identidades positivas. Nesta abordagem, o procedimento metodológico que nos orientou foi realizado a partir da utilização de questionários e das experiências pedagógicas vivenciadas em sala de aula. A execução revelou o quanto as práticas educativas que valorizam os educandos negros que compõem os sistemas de ensino podem contribuir para o fortalecimento do respeito à diversidade e para a construção da cidadania.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lei 10.639/03, Prática

Docente e Diversidade Etnicorracial.

**ABSTRACT:** In this paper, we try to analyze questions that we come across in our teaching practice while abiding by the 2003 federal law no. 10639, in accordance with its prescriptions. In order to do so, we have considered the dialogue between teaching practice and ethnic-racial diversity, which must permeate the teaching of history and the teachers' practices. So as to achieve the already mentioned goals, we are going to use some references in this study with the aim of legitimating the importance of the discussion we hereby propose. Furthermore, we also report our carrying out some pedagogical experiences which are aimed at fighting discrimination, valuing subjects and constructing positive identities. In our approach, the methodological procedure which oriented us was carried out by using questionnaires and pedagogical experiences we had in the classroom. Its implementation revealed how much educative practices valuing black students in the public education system can contribute to strengthening the respect to diversity and to building a shared sense of citizenship.

**KEYWORDS:** Law no. 10639/2003, Teaching Practice, Ethnic-racial diversity.

## 1 | INTRODUÇÃO

Historicamente, a educação promove encontros, mas se mostra incapaz de assegurar o respeito e a tolerância à diversidade cultural presente na formação da sociedade brasileira. Mesmo diante de tamanha fragilidade, propostas pedagógicas que evidenciam a historicidade e valorizam as diferenças contribuem para construção de uma escola e de uma sociedade mais inclusiva. Nos espaços educativos, sujeitos com trajetórias diversas, oriundos de diversos lugares sociais e com vivências múltiplas, compõem o cotidiano das escolas e vivenciam o processo de ensino-aprendizagem. Dialogando de forma íntima com as suas pertencas, os educandos também interagem de forma significativa com os espaços escolares, com as diversas pessoas com as quais se relacionam diretamente.

Nos últimos anos, as discussões e os debates sobre o preconceito e a discriminação ganharam visibilidade em função, sobretudo, das pressões dos movimentos sociais. Isso também vem se refletindo nas legislações educacionais vigentes. Os municípios, com as suas respectivas redes de ensino, vêm sendo convidados a assumir o seu papel no sentido de efetivar a implantação da Lei 10.639/03. Ao inserirem a História e a Cultura Afro-Brasileira e Africana como temáticas a serem contempladas na rede de ensino, estão contribuindo para o reconhecimento e a valorização da matriz africana, integrante da sociedade brasileira. Tal inserção também estimula a construção de identidades positivas para os educandos negros que compõem o sistema educacional e integram a sociedade brasileira (GOMES, 2001).

Nesse contexto, a Lei 10.639 foi sancionada no dia 09 de janeiro de 2003 para assegurar a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana no currículo oficial da Educação Básica (níveis fundamental e médio) das escolas públicas e privadas de todo o Brasil. Essa lei objetiva reconhecer historicamente a contribuição dos negros para a constituição e formação da sociedade brasileira. A Lei 10.639 foi ampliada pela Lei 11. 645 de 10 de março de 2008. A ampliação versa sobre a necessidade de inclusão da História e da Cultura Indígena no currículo da rede de ensino pública e privada de todo o Brasil.

Sendo assim, esclarecemos que - embora sejamos conhecedores dessa ampliação, e mesmo contemplando também a matriz indígena em práticas docentes construídas no espaço escolar – optamos por trabalhar apenas com a Lei 10.639/03 ao longo deste estudo. Acreditamos que a obrigatoriedade do reconhecimento e da inclusão da matriz africana no currículo escolar deve resultar na realização de práticas docentes que assegurem a criação de mecanismos capazes de promover o respeito à diversidade cultural e étnica dos indivíduos. E pode ainda contribuir para amenizar as diversas manifestações de exclusão etnicorracial (GOMES, 2001).

Em consonância com as questões expostas, objetivamos, ao longo deste artigo, relatar e refletir sobre algumas experiências pedagógicas consideradas favorecedoras das relações etnicorraciais. Esse viés de possibilidades de “defesa da cultura negra”,

disseminada no Brasil, e responsável pela constituição da multiplicidade cultural, ao ser adotado nas práticas docentes, pode ser responsável por promover o incentivo à tolerância, à convivência, ao respeito às diferenças e à construção de identidades positivas para os educandos afrodescendentes.

## **2 | A ESCOLA, A TEMÁTICA ETNICORRACIAL E OS CAMINHOS PERCORRIDOS**

No trabalho com a temática História Afro-Brasileira e Africana, devem ser consideradas as vivências dos sujeitos que compõem os espaços educativos. Todos esses aspectos culminam na necessidade da elaboração de formas de trabalho, conforme determina a Lei 10.639/03, a partir da realidade dos alunos e do contexto social em que eles vivem. Acreditamos que, ao acionarmos as suas vivências, promovemos oportunidades de construções de aprendizagens. Faz-se interessante, então, tomar como discussão inicial a forma como os alunos e alunas entendem o racismo e o apresentam, ao serem questionados no contexto escolar. Dialogando com a educação, apresentamos à escola a História Afro-Brasileira.

Ao aplicarmos alguns questionários às turmas da Escola Maria da Guia Sales Hermínio (CONPEL), situada no município de Pocinhos, observamos que os alunos se dizem vítimas de discriminação em função da cor da sua pele e de suas características corporais. Dentre elas, o cabelo é apontado como o principal elemento dos atos racistas. Os discentes apresentaram ainda desconhecimento em relação às raízes históricas do racismo e o apresentaram como sendo decorrente da incapacidade de muitas pessoas que não conseguem construir um olhar pautado na alteridade, e que só enxergam o outro a partir de si. Não conseguir olhar para o diferente e compreendê-lo enquanto tal é o que motiva o desenvolvimento de práticas discriminatórias e racistas.

Sendo assim, a prática pedagógica deve considerar a diversidade de classe, sexo, idade, raça, cultura, crenças etc., presentes na vida da escola e pensar (e repensar o currículo) o currículo e os conteúdos escolares a partir dessa realidade tão diversa. A construção de práticas democráticas e não preconceituosas implica o reconhecimento do direito à diferença, e isso inclui as diferenças raciais. Aí, sim, estaremos articulando Educação, cidadania e raça (GOMES, 2001, p.87).

Considerar as diferenças para garantir a igualdade de percepções é, sem dúvida, um passo muito significativo na nossa trajetória docente. Então, nós, educadores, não podemos deixar de refletir sobre o papel que a nossa prática docente desempenha na vida de cada um dos nossos educandos. Considerando as questões propostas por Gomes (2001), os discentes foram questionados sobre “A presença dos negros na História do Brasil”. De imediato, eles acionaram a escravidão, fizeram menção aos negros escravizados e às diversas violências físicas que marcaram a escravidão no Brasil.

Percebemos que os educandos assumiram o papel de produtores de concepções

mais amplas, muitos educandos se dizem morenos e não negros. Acreditamos que isso está diretamente ligado à aceitação social. Esse mesmo movimento pode ser percebido pelo fato de os discentes negros enxergarem as características de seus cabelos como ruins, se comparados aos cabelos lisos das crianças brancas. Compreendemos que isso diminui a autoestima e pode desencadear um processo de exclusão.

### **3 | E QUEM DISSE QUE SOMOS IGUAIS? O DIÁLOGO ENTRE A PRÁTICA DOCENTE E A LEI 10. 639/03**

Tecer análises sobre as nuances relativas à prática docente é, sem dúvida, uma aventura apaixonante e cheia de desafios. Nos dias atuais, no imaginário coletivo, o homem negro ainda é associado à criminalidade, e a mulher é vista como fora da estética eurocêntrica. Por isso, entendemos que deve interessar à escola tomar como objeto as representações étnicas negativas ainda vigentes na sociedade brasileira. Os preconceitos precisam ser conhecidos, problematizados e trabalhados de maneira contextualizada e reflexiva (ROCHA, 2008). Para nós, o processo de conhecimento se torna imprescindível para a desconstrução desses olhares que carregam uma carga preconceituosa construída historicamente. É necessária a edificação de uma educação antirracista.

A educação anti-racista reconhece o ambiente escolar como um espaço privilegiado para a realização de um trabalho que possibilite o conhecimento respeitoso das diferenças raciais, bem como dos indivíduos pertencentes a grupos discriminados. É condição para a realização de uma educação anti-racista o reconhecimento da diversidade presente nas escolas somado ao compromisso por parte dos educadores (CAVALLEIRO, 2001, p.149).

A escola, sem dúvida, desempenha um papel imprescindível na construção de conhecimentos e na desconstrução de estereótipos. Sendo assim, as tessituras responsáveis por compor esta escrita foram formuladas diariamente, ao lidarmos com sujeitos diversos, portadores de identidades múltiplas — discentes que, em suas práticas ordinárias, constroem suas posições de sujeito. Nos dias atuais, ainda enxergamos esses sujeitos se sentindo menosprezados devido aos preconceitos étnicos sofridos no contexto escolar. Em conformidade com a questão, a escola e os docentes precisam atuar de modo a contribuir para a construção de identidades positivas, combatendo a todas as formas de discriminação (ROCHA, 2008).

Para isso, os diversos espaços educacionais do Brasil foram chamados a contemplar a Cultura Afro-Brasileira e Africana. A convocação se deu por meio da já referida lei que alterou a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (9394/96). A inserção dessa lei instalou a obrigatoriedade, na rede de ensino pública e privada, da temática História e Cultura Afro-Brasileira. Posteriormente, foram instituídas pelo Conselho Nacional de Educação as Diretrizes Curriculares Nacionais

para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Resolução CNE/CP n.1 de 17 de junho de 2004). Contudo, a implantação efetiva da lei nos sistemas de ensino ainda é uma realidade distante.

Sendo assim, objetivamos investigar as questões que se apresentam à prática docente que busca promover estratégias para a implantação da Lei 10.639/03 no ensino de História do município de Pocinhos, na Paraíba, onde integramos o corpo docente da Educação Básica. Devido a tal inserção, procuramos analisar alguns dos desafios inerentes ao cotidiano escolar. Para a concretização de tal objetivo, buscamos analisar os desafios com a pretensão de identificar em que medida o docente pode contribuir para a aplicabilidade da lei. Ao formar essa questão, traçamos como objetivo a identificação de como discentes entendem tais questões. Esse conhecimento contribui para a construção de estratégias condizentes, no trato das questões trazidas pela lei 10.639/03.

A experiência docente vivenciada na Escola Maria da Guia Sales Hermínio, situada no Bairro Ivo Benício (conhecido na cidade pelo nome CONPEL), na cidade de Pocinhos, na Paraíba, nos ajudará a propor alguns caminhos possíveis, percursos considerados necessários para contemplarmos as diversidades, olhando para as diferenças e promovendo estratégias responsáveis por afirmar uma identidade racial positiva, imprescindível para a formação humana e cidadã. Consideramos que não é possível atuar como docente e não contemplar a diversidade etnicorracial. Se assim não fizéssemos, estaríamos negando as diferenças e reafirmando os mitos que versam sobre a democracia racial responsável por, historicamente, promover a disseminação da falsa ideia da igualdade (SANTOS, 1988).

“Entender essa complexidade é uma tarefa dos/as profissionais da educação. É tarefa de uma escola que se quer cidadã e, por isso mesmo, não pode deixar de incluir a questão racial no seu currículo e na sua prática” (GOMES, 2001, p.87). A fim de contribuir para a formação de pessoas capazes de promover relações respeitadas com os diferentes ao longo da vida, propomos algumas intervenções que intitulamos “Diversidade Étnica e Cultural: caminhos para a construção de uma escola sem discriminação e racismo”. A discussão foi introduzida através da utilização de imagens apresentadas em PowerPoint. A exposição trouxe uma diversidade de imagens que, a nosso ver, não apenas apresentam a África como o local de origem da humanidade, como contemplam a diversidade que compõe o continente africano.

O conteúdo foi introduzido após o início das discussões sobre a origem da humanidade. Para articular o conteúdo com a nossa sociedade atual e possibilitar a construção de uma aprendizagem significativa, elaboramos o que chamamos de articulação entre passado e presente. A partir dessa pretensão, apresentamos aos alunos os continentes que integram o planeta onde vivemos. Considerando a faixa etária do nosso público alvo, apresentamos a África e percebemos que os alunos a compreendiam como um país. Para dar conta da amplitude e da heterogeneidade, tecemos alguns comentários sobre a presença africana na formação da sociedade

brasileira.

As duas turmas de sétimo ano (a e b) identificaram o continente a partir de alguns estereótipos. Seus comentários apresentaram a África como um “país” onde as pessoas “não tinham comida”. No tocante à compreensão exposta, apresentamos algumas imagens auxiliadas por pequenos textos (complementares ao livro didático que traz a temática a partir de outros enfoques) e os discutimos em sala de aula, com a pretensão de ampliar os conhecimentos sobre a diversidade e a complexidade do continente africano. A fim de problematizar muitas das representações sociais equivocadas, visões genéricas e descontextualizadas, buscamos ainda focar a complexidade e a diversidade do continente.

Procuramos promover, com a desconstrução de tais estereótipos, a construção de conhecimentos sobre a diversidade. Acreditamos que desconstruímos a visão genérica que nos foi informada, enquanto buscamos apontar também para a diversidade cultural e étnica da sociedade brasileira. Ao término das discussões, propusemos aos alunos que fizessem algumas considerações, expressando a nossa diversidade étnica. Além disso, também confeccionamos alguns cartazes sobre a diversidade étnica da sociedade brasileira. Para dar conta de tal pretensão, os educandos realizaram pesquisas sobre a diversidade étnica e confeccionaram cartazes que representavam a nossa diversidade étnica e cultural, de acordo com o olhar dos educandos. Acreditamos ainda que essas representações positivas, construídas pelos educandos, podem promover a visibilidade da diversidade étnica e cultural, promovendo o reconhecimento e assegurando a valorização da heterogeneidade presente na sociedade brasileira.

Munidos de tais pretensões, utilizamos como material o livro *Culturas Africanas e Afro-Brasileiras em Sala de Aula: saberes para os professores fazerem para os alunos*. O livro integra o Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) e faz parte das publicações enviadas às escolas para incentivar a leitura. Uma alternativa possível seria a utilização do livro do Projeto Araribá, adotado pelo município de Pocinhos até o ano de 2016. Trata-se de uma obra didática de História, do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD/MEC), que aborda a África e a escravidão nos períodos colonial e imperial do Brasil. No entanto, o referido livro, na nossa compreensão, não contribui de maneira significativa para a renovação das práticas pedagógicas e para a inserção de questões tocantes às diversidades étnicas e raciais.

O livro não destaca de forma significativa a presença da cultura africana na história do Brasil. A forma como enfatiza a presença africana diz respeito à importância do trabalho para a economia e para a sociedade brasileira. Além disso, embora o tráfico negreiro e as resistências no período colonial sejam enfocados, não há ali o registro de outras experiências e resistências protagonizadas por esses indivíduos. Assim, compreendemos que o livro didático adotado pelo município de Pocinhos pouco contribuiria para atender aos objetivos traçados. Isso nos levou a considerar viável a utilização de um material complementar para enriquecer o processo de ensino e de aprendizagem, pois, embora haja um esforço para contemplar os afrodescendentes

de alguma forma, o já referido material didático pouco contribui para a construção de representações positivas da cultura africana e afro-brasileira.

Nossos objetivos, ao trabalhar com o material complementar, vão ao encontro do que propõe a aplicação da Lei 10.639/03, visando a contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva, capaz de desenvolver práticas educativas responsáveis por promover a valorização do negro e assim ajudar a promover a sua inclusão social. A Lei 10.639/2003 alterou a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96. Incluiu e tornou obrigatório no currículo oficial o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas de todo o Brasil. Essa lei foi implantada para garantir o reconhecimento dessa cultura como uma das matrizes constituintes da sociedade brasileira. A inserção simboliza uma importante conquista no que se refere à inclusão da população negra na formação da nação brasileira.

Como já discutimos, isso se torna possível quando os espaços escolares promovem ações para pôr em prática o que está previsto em lei. Mas os docentes podem dar sua contribuição, trabalhando questões relacionadas à alteridade e às múltiplas identidades e desenvolvendo práticas pedagógicas que permitam encarar esses desafios. Assim, estaremos tendo um papel relevante na formação de sujeitos sem preconceitos raciais, capazes de conviver com as diferenças que constituem a sociedade brasileira. Para isso, enfatizamos mais uma vez que é necessário levar os educandos a entenderem o imaginário preconceituoso como algo historicamente construído.

Então, ao evidenciar as raízes históricas do preconceito, contribuiremos para promover a minimização da elaboração de ideias distorcidas que desqualificam o povo e a cultura da África. Para tanto, consideramos a historicidade de discursos que, ao serem explorados, podem promover a desconstrução do preconceito e a elaboração de práticas que promovam o respeito pelo outro. Nesse sentido, ao longo do já referido livro didático já criticado, a África não aparece de forma ampla antes do início da escravidão de cor, o que pode ser lido como algo muito negativo. Claramente, a experiência histórica anterior a esse processo é pouco enfatizada. Isso não permite aos educandos o acesso às histórias das comunidades negras, à sua cultura e às suas trajetórias de lutas.

Tais enfoques poderiam promover a desconstrução de alguns aspectos das generalizações, de modo a desnaturalizar o imaginário preconceituoso e a reforçar a identidade étnica dos alunos negros. É isso o que buscamos fazer, mesmo porque nada impede que outros materiais sejam utilizados no processo de ensino. O livro didático já citado ainda é muito relevante, mas possui algumas falhas que precisam ser preenchidas por materiais complementares. Assim, o livro *Culturas Africanas e Afro-Brasileiras em Sala de Aula* nos possibilitou contemplar aspectos relativos à presença africana na cultura, na sociedade e no patrimônio histórico nacional. Nesta segunda obra, a cultura africana e afro-brasileira foi tratada com ênfase e os elementos que se encontram incorporados e arraigados em nossa cultura também foram enfatizados.

Com isso, deixamos claro, por exemplo, que muitos dos vocábulos da língua falada no Brasil têm origem africana. É o que ocorre com vocábulos como: “quindim, quitanda, senzala, mocotó e cochilar”. Mencionamos ainda os hábitos de ninar e contar histórias às crianças, e também fizemos referência às devoções, às religiosidades brasileiras influenciadas pelas religiões africanas, às formas de organização social e à culinária. Assim, buscamos analisar e dar visibilidade aos múltiplos aspectos da presença africana na formação do Brasil. Ao seguirmos esse caminho, levamos os educandos a enxergarem que esses povos vivem na cultura, nos costumes e também persistem nas resistências de seus descendentes. Em linhas gerais, demonstramos o quanto o Brasil foi e continua sendo profundamente marcado pela presença africana.

Esse tipo de conhecimento promove a quebra de paradigmas e nos leva a acreditar que os atos discriminatórios e racistas — tão arraigados na atual sociedade brasileira — podem ser amenizados quando construirmos os elementos necessários para a edificação de princípios de tolerância e de diversidade. Princípios construídos a partir do conhecimento sobre o outro.

#### **4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A escola desempenha um papel relevante na construção de conhecimentos, de identidades e na formação cidadã de seus educandos. Cada escola congrega uma heterogeneidade de dificuldades emergentes no seu cotidiano. Salas que comportam uma quantidade inadequada de alunos para seu espaço físico ainda são uma realidade que pode ser encontrada em diversos locais do Brasil. A violência física e verbal, por sua vez, infelizmente tampouco pode deixar de ser citada como aspecto que dificulta a realização de momentos significativos de aprendizagens oferecidas aos educandos. A falta de incentivo para o exercício docente, a politicagem de algumas cidades de pequeno porte e a pouca disponibilidade de materiais constituem pontos que podem, igualmente, ser apontados como óbices à implementação da Lei 10. 639/03.

Ao longo deste artigo, acreditamos que, de alguma forma, fornecemos a nossa contribuição para o trato de alguns desafios e buscamos refletir sobre a relevância da implantação da lei. Relatamos, ainda, experiências pedagógicas realizadas na Escola Maria da Guia Sales Hermínio, localizada no município de Pocinhos, no estado da Paraíba. Entendemos que tais atividades são os primeiros passos de uma caminhada em que muitos desafios ainda precisaram ser analisados, refletidos e encarados. Sabemos, ademais, que muitas das questões de que acreditamos ter dado conta ainda precisam ser revisitadas. Por isso, consideramos viável esclarecer que as questões etnicorraciais precisam permear a prática docente, sendo tratadas de maneira cotidiana nos diversos espaços educativos.

Portanto, somos conhecedores da complexidade do tema que nos dispomos a analisar e sabemos que o conhecimento a respeito do outro, o reconhecimento da

diversidade e a promoção de identidades positivas são apenas algumas das questões que precisam integrar os debates de uma sociedade onde muitos atos discriminatórios e racistas ainda precisam ser suprimidos. Acreditamos, por fim, que, de alguma forma, a prática docente vem contribuindo para isso, ao propor reflexões e ao incentivar os educandos a respeitarem as diferenças. As falhas e as (in)conclusões também integram o desenvolvimento das atividades e a escrita deste artigo. Para suprir as lacunas, esperamos que ainda possam ser elaboradas muitas discussões nas tessituras da Lei 10.639/03.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC, 2005.

BRASIL. **Guia de livros didáticos do PNLD 2005: história**. Brasília: Ministério da Educação, Secretária da Educação Básica, 2014.

BRASIL. **Lei das diretrizes e bases da educação nacional**. Lei nº 9.9394 de 20 de dezembro de 1996. BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm)>. Acesso em: 07 jul. 2016.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CAVALHEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001.

CITTADINO, Monique; GONÇALVES, Regina Célia (Org.). **Historiografia em diversidade: ensaios de história e ensino de história**. Campina Grande-PB: Editora Universitária/ UFCG, 2008.

DOMINGUES, Petrônio José. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Tempo, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.

FELINTO, Renata (Org.). **Culturas africanas e afro-brasileiras em sala de aula: saberes para os professores, fazeres para os alunos: religiosidade, musicalidade, identidade e artes visuais**. Belo Horizonte, 2012.

GOMES, Nilma Lino. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. In: CAVALHEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001, p. 83-96.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 103-133.

SANTOS, Joel Rufino dos Santos. **O que é racismo?** Coleção Primeiros Passos. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SILVA, Maria Aparecida da. Formação de educadores/as para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial. In: CAVALHEIRO, Eliane (org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001. p.66-82.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-029-2

